A GARANTIA DA COEXISTÊNCIA DOS ESTADOS POR INTERMÉDIO DE MOVIMENTOS ANTINÔMICOS: A independência e a interdependência

Maria Adriane de Alcantara Adriane Alcantara ¹

Mario Lucio Quintão Soares ²

RESUMO

Examina-se neste artigo o movimento antinômico dos Estados soberanos. De Estados independentes que afirmam sua soberania, a necessidade da cooperação, a interdependência, embora, preservando a sua independência. O direito internacional é dinâmico e nesta nova era, nos deparamos ainda com a interdependência complexa. A metodologia baseou-se no estudo da evolução dos Estados individualistas e independentes desde o seu nascimento até o surgimento do multilateralismo. A interdependência, apesar de necessária, recebe críticas, podemos mencionar a Teoria da Interdependência Complexa surgida no século XX, tendo como autores Robert Keohane e Joseph S. Nye no clássico "Poder e Interdependência" Política mundial em transição.

181

Palavras-chave: Voluntarismo. Interdependência. Multilateralismo.

1 Doutoranda em Direito Internacional pela PUC Minas. Mestre em Direito pela Faculdade Milton Campos. E-mail: adrianeal53@gmail.com

2 Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG).

THE GUARANTEE OF STATE COEXISTENCE THROUGH ANTINOMIC MOVEMENTS: INDEPENDENCE AND INTERDEPENDENCE

ABSTRACT

This article examines the antinomic movement of sovereign states. Independent states that assert their sovereignty, the need for cooperation, interdependence, while preserving their independence. International law is dynamic and in this new era, we still face complex interdependence. The methodology was based on the study of the evolution of individualist and independent states from their birth to the appearance of multilateralism. Interdependence, although necessary, receives criticism, we can mention the Theory of Complex Interdependence that emerged in the 20th century, with authors Robert Keohane and Joseph S. Nye in the classic "Power and Interdependence" world politics in transition.

182

Keywords: Volunteering. Interdependence. Multilateralism.

LA GARANTIA DE LA COEXISTENCIA ESTATAL POR INTERMEDIO DE MOVIMIENTOS ANTINÓMICOS: LA INDEPENDENCIA Y LA INTERDEPENDENCIA

RESUMEN

Este artículo examina el movimiento antinómico de los Estados soberanos. De Estados independientes que afirman su soberanía, la necesidad de cooperación, la interdependencia, aunque, preservando su independencia. El derecho internacional es dinámico y en esta nueva era, todavía, nos enfrentamos con una interdependencia compleja. La metodología se basó en el estudio de la evolución de los Estados individualistas y independientes desde su nacimiento

hasta la aparición del multilateralismo. La interdependência, además de necesaria, recibe críticas, podemos mencionar la Teoría de la Interdependencia Compleja que surgió en el siglo XX, teniendo como autores Robert Keohane y Joseph S. Nye en el clásico "Poder y Interdependencia" Política mundial en transición.

Palabras-clave: Voluntarismo. Interdependencia. Multilateralismo.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do processo histórico, os Estados afirmam sua soberania, a partir da Paz de Westfália. O Direito Internacional demonstra-se dinâmico e está subordinado à Lex mercatoria o que enseja complexa interdependência. A metodologia deste artigo baseou-se no estudo da mutação do Estado desde o seu advento até o surgimento do multilateralismo. Esta interdependência, apesar de necessária, recebe críticas, da Teoria da Interdependência Compleja, surgida no século XX. Este artigo visa analisar o voluntarismo clássico, pautado no princípio da autodeterminação dos povos, expresso em sua soberania.

183

Entretanto, no decorrer do processo histórico, a lex mercatoria ensejou a interdependência dos Estados que se caracterizou pelo multilateralismo em que, além dos fatores sociais, ambientais, climáticos, imigração, entre outros, a cooperação é uma forma de convivência socializada entre os Estados que os fazem modernamente fundados em uma estrutura social internacional compartilhada em valores e interesses coletivos. Nessa linha de argumentação, o papel desempenhado pelas Nações Unidas, por exemplo, tem como objetivo harmonizar os interesses entre os Estados mediante a lógica de atender interesses coletivos. Os Estados que a integram, aceitam as regras gerais que lhe são impostas, autolimitando sua soberania.

O Direito Internacional e o direito interno coexistem mutuamente, não estão totalmente unidos, mas não se encontram justapostos, cada um existe, mas de maneira independente e, ao mesmo tempo, interligados de forma que um não pode mais funcionar sem o outro. Na dinâmica do movimento voluntarismo clássico, há predominância dos Estados soberanos interdependentes. Trata-se da interdependência complexa, que demonstra, apesar das evoluções e ações positivas estatais para atender os interesses comuns, a vulnerabilidade das organizações internacionais que se adaptam mais a questões de políticas internacionais do que propriamente às necessidades de atender efetivamente a interesses compartilhados inerentes à sociedade internacional.

Este artigo adota, como marco teórico, o voluntarismo clássico e os conceitos de soberania, para se compreender a lógica da interdependência, expressa pelo multilateralismo. Isto porque, tal teoria, abarca a cooperação entre os Estados que delegam competência normativa às organizações internacionais. Aqui não se visa defender a mitigação da soberania dos Estados, mas a adequação do conceito de soberania dentro da dinâmica do Direito Internacional.

184

2 O VOLUNTARISMO CLÁSSICO

Segundo Brant (2018), a norma internacional encontra sua eficácia normativa, estribada na autoridade vinculante em dois elementos:

- a) O objetivo - representado pelo consentimento, expressão normativa de um ato de soberania, que se deve considerar como jurídico e que permite vincular juridicamente o Estado;
- b) o subjetivo - manifesta na vontade presente na motivação do ato normativo e que precede a sua realização.

A vontade se transforma nessa perspectiva em um predicado da soberania e deve ser formalizada por meio de uma ordem normativa. A vontade é em si uma liberdade, pois representa um livre poder de agir. Consiste, de acordo com Descartes, o poder de determinar a si próprio. Nesse caso, o querer dependeria somente do sujeito da ação e o ato normativo seria reconhecido como uma manifestação de liberdade independente do seu conteúdo e não está relacionada a valores de coesão e de solidariedade social.

Além das disputas doutrinárias, dois fatos são muito importantes:

1º A grande maioria (mas não a totalidade) das regras de Direito Internacional encontram sua origem (os juristas falam de fonte) na vontade dos Estados; e isso é cada vez mais verdadeiro posto que os tratados, que resultam evidentemente da expressão da vontade-mais ou menos livres- mas ainda vontade- dos Estados são, há muito, a fonte mais importante, ao menos quantitativamente, do direito internacional em nosso tempo;

185

2º (isto A formação do direito internacional, ao menos do direito internacional clássico, é extremamente descentralizada: As normas autoritárias (isto é, impostas aos estados contra a sua vontade) nele são raras; não existe hierarquia entre as normas jurídicas devido a fonte da qual elas emanam; em particular, as regras convencionais não se sobrepõem as normas costumeiras e reciprocamente, e a descentralização normativa aqui é muito forte: as regras do Direito Internacional, sejam provenientes de tratados ou de costumes, emanam dos mesmos aos quais se aplicam: Os Estados. (PELLET, 2004, p. 9-10).

O voluntarismo jurídico pretende, assim, que a validade da norma internacional independente do seu conteúdo e não está relacionada a valores de coesão e de solidariedade social. (BRANT, 2018, p. 89).
Compete ao Direito Internacional Público reger as relações jurídicas

entre os Estados, as organizações internacionais e os indivíduos. Em matéria convencional, pode-se perceber claramente a necessidade do consentimento dos Estados para formação do vínculo. Percebe-se que o consentimento representa tanto a intenção formal de se vincular quanto os limites deste vínculo.

O artigo 34 da Convenção de Viena de 1969 determina que um tratado não crie nem obrigações nem direitos para um terceiro Estado, sem o consentimento destes. Na esfera jurisdicional, o efeito relativo da norma pode ser igualmente observado.

Nesse sentido, pode-se se citar os artigos 81 e 84 da Convenção para Solução pacífica dos conflitos Internacionais de Haia 1907, o qual dispõe respectivamente que “a decisão da Corte Permanente de Arbitragem, resolve a disputa definitivamente e não é recorrível” e que ela “não é vinculante, exceto para as partes em disputa” (Convenção para Solução Pacífica dos conflitos Internacionais, 18 de outubro de 1907, artigos 81 e 84). O artigo 59 da Corte Internacional de Justiça do mesmo modo preceitua que a “sentença da CIJ vincula unicamente as partes em litígio e no caso em questão”. (BRANT, 2018, p. 13-14).

186

Esses exemplos demonstram a necessidade do consentimento dos Estados para formarem vínculos, tratados ou serem julgados pelas cortes e podem ser expressos de diversas maneiras como acordos especiais, cláusulas convencionais, a cláusula facultativa de jurisdição compulsória e o “fórum prorrogatum”. (BRANT, 2018, p. 14).

A soberania absoluta do Estado é definida por Jellinek (1954:356): “a evolução histórica da soberania retratou a negação de toda subordinação ou limitação do Estado por qualquer outro poder: O poder soberano de um Estado não pode reconhecer nenhum outro, sendo portanto, poder supremo e independente”. Entretanto, Kelsen (1990:316) demonstra a ausência de fronteira absoluta entre o direito nacional e

internacional, ao afirmar a incompatibilidade da noção tradicional de soberania como primazia do Direito Internacional e o advento da ordem jurídica internacional. (SOARES, 2011, p. 98).

Para os Estados agirem em harmonia e atenderem interesses comuns foram adotadas práticas do multilateralismo, as quais proporcionam um espaço para o diálogo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, é a instituição multilateral criada pelos Estados para atender de modo próprio os seus próprios interesses, ao adequar o Direito Internacional em uma lógica de harmonia. Conforme Gelson Fonseca Júnior (2008, p. 22): "Assim se explica por que, mesmo individualistas, os Estados tenham desenvolvido interesses multilateralizáveis, ou seja, que encontram caminhos de realização pela via da cooperação".

3 A EVOLUÇÃO DA SOBERANIA NAS RELAÇÕES ESTATAIS

O arquétipo voluntarista é expresso pela premissa que de todos os Estados são igualmente independentes e dotados de autodeterminação. E a norma consiste em uma vontade formal dos Estados expressa pelo consentimento. A soberania pode ser conceituada, em termos sociológicos, como qualquer tipo de poder político ou autoridade que se exerce sobre determinado território e determinada população.

187

Soberania é a forma jurídica abreviada de certo tipo de personalidade jurídica, a da qualidade de Estado, enquanto que jurisdição, se refere a aspectos específicos de substância, em especial a direitos (ou pretensões), liberdade e poderes. As imunidades são descritas enquanto tais. Nesta matéria, o critério do consentimento reveste uma importância especial (BROENLIE, 1997, p. 122).

Em termos jurídicos, no âmbito estatal, há a soberania interna, que abrange a centralização do poder e a coerção; e a soberania externa, que contempla a independência e a igualdade entre os Estados. No âmbito do Direito Internacional, o consentimento é a manifestação formal da vontade soberana externa do Estado. A independência dos Estados está, pois, diretamente atrelada a sua soberania externa, que decorre do princípio elementar da igualdade entre os Estados expressos no artigo 2º, alínea I da Carta das Nações Unidas e esta igualdade é a sua capacidade em relacionar com outros Estados. No âmbito do Direito Internacional, os Estados não podem estar subordinados a nenhum outro poder normativo de outro Estado. Esta é igualmente a definição do artigo 3º, alínea b, da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) que estabelece que a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade jurídica, à soberania e à independência dos Estados. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1948, art.3º, b)

188

O território, como âmbito de validade da ordem jurídica estatal; e o povo, vinculado à nacionalidade e à legitimidade política, representam condições indispensáveis para que a autoridade política se exerça, de forma eficaz, e esta capacidade de comando simboliza a soberania. Para Brant (2018), a soberania e Estado são, portanto, conceitos que, desde a Paz de Westfália de 1648, caminham irmanados, um não existindo sem o outro. O Estado encontra resguardo, justificativa, autoridade e legitimidade da noção de soberania, ao passo que esta se afigura como atributo essencial do Estado. (BRANT, 2018, p. 29).

4 A SOBERANIA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A soberania absoluta ensejou, nos séculos XIX e XX, governos autocráticos na Itália, fascismo, e na Alemanha, o nazismo. "O ditador totalitário encarnava o conceito de soberania e se legitimava como representação simbólica de determinada comunidade" (KERSHAW;

LEWIN, 1997, p. 138). Os principais objetivos do Direito Internacional consistem na manutenção da paz e a segurança internacional, valores que foram recepcionados como uma necessidade normativa do Direito Internacional para reger a comunidade internacional. Importante ressaltar que o Direito Internacional passou de um direito aplicável exclusivamente às relações entre os Estados soberanos para um direito de uma sociedade internacional complexa e globalizada com interesses e valores diversificados.

Desde o século XIX, houve movimentos pacifistas para que a paz fosse estabelecida pelo direito e não mais pelo uso da força. Estes movimentos começaram na Convenção de Genebra de 1864, com a Declaração de Petersburgo de 1868, a Declaração de Bruxelas de 1874 e a Convenção da Paz de Haia de 1899 e 1907 que visavam reconhecer a ilicitude da guerra. A solução alternativa encontrada ao uso das forças armadas foi a criação da Corte Permanente de Arbitragem (CPA), pilar da futura Corte Internacional de Justiça (CIJ).

189

Na CPA, a solução dos conflitos seria através da aplicação do direito, apesar de temporária, a paz se vincularia à qualidade moral de um tribunal para solução das controvérsias mediante a aplicação do direito. Entretanto com a eclosão da Primeira Guerra, a CPA perdeu sua finalidade e, em 1928, o Pacto de Brian Kellog, firmado entre França e Estados Unidos, com adesão de quase todos Estados. Desde então, passou-se a condenar o uso da guerra, a paz tornou-se a finalidade do próprio direito na solução das controvérsias internacionais, evitando-se o uso da força.

No decorrer do processo histórico, a independência dos Estados cedeu lugar a interdependência em nome da paz, conforme previsto no art. 2º da Carta das Nações Unidas, como alicerce do Direito Internacional. Na dinâmica internacionalista, o voluntarismo clássico cede espaço para uma nova era, a interdependência, a qual

surge como uma a necessidade de cooperação entre os Estados, compartilhando valores e interesses, em busca de uma paz durável e como uma resposta rápida e eficaz às necessidades reclamadas pela comunidade internacional.

Neste contexto, cada Estado deve conjugar seus interesses internos com interesses internacionais, pelo que precisam delegar parcela quantitativa de sua soberania às organizações internacionais, mediante a formulação de tratados internacionais, entre outras vertentes do multilateralismo como caminho necessário a um ambiente de cooperação. O princípio da soberania dos Estados demonstra-se fundamental para manutenção da ordem internacional, entretanto, a interdependência de modo algum mitiga a essência do poder soberano. Direito e soberania poderiam parecer incompatíveis se definirmos esta última como poder absoluto e ilimitado.

Certamente, os Estados são soberanos, isto é, eles não se subordinam a nenhum outro poder superior. Mas aqui a soberania é compartilhada entre vários titulares- há tantos entes soberanos quantos são os Estados, ao número de mais de 190 no mundo contemporâneo. Ou seja, na sociedade internacional, os soberanos que são os Estados não têm mais superiores, e sim iguais: Os 189 e quaisquer outros Estados que componham a sociedade internacional; e os direitos de cada um são delimitados por eles mesmos, iguais, e pertencem a todos os outros. O direito Internacional é portanto, absolutamente necessário, não somente por organizar as relações dos Estados entre si, mas também e, primordialmente, para garantir sua própria existência. (PELLET, 2004, p. 5).

Apesar de o sistema internacional prevalecer em uma estrutura de poder fundamentalmente alicerçada na soberania, a dinâmica do Direito Internacional e a lógica de solidariedade busca regular as relações jurídicas de comunidade internacional demarcada por

modelo descentralizado e fragmentado. Segundo a definição mais tradicional “O Estado é normalmente definido como uma coletividade que se compõe de um território e de uma população submetida a um poder político organizado. Ele se caracteriza pela soberania”. (PELLET, 2004, p. 4).

A constituição fragmentada da ordem social internacional composta por soberanias iguais, justapostas e com rivalidades implica a inexistência de um poder legislativo central e a não subordinação dos Estados a uma ordem institucional hierarquicamente superior.

Os Estados permanecem no centro das relações internacionais, e do direito que os rege. Mas, eles, não tem mais nos dias de hoje, o monopólio da personalidade jurídica internacional. A evolução foi progressiva. Os primeiros sujeitos não estatais do Direito Internacional foram as organizações intergovernamentais, tendo as primeiras surgidas após 1815, mas cuja forma só se generalizou a partir do início do século XX. Deve se ainda observar: 1) que se trata de sujeitos “interestatais” e 2) que o reconhecimento de sua personalidade jurídica só foi adquirida em 1949, como resultado do célebre Parecer Consultivo da Corte Internacional e Justiça no caso da Reparação de danos sofridos a serviço das nações Unidas. Os indivíduos foram reconhecidos certos ireitos no plano internacional e o movimento ampliou-se consideravelmente após 1945. (PELLET, 2004, p. 6).

191

Assim, o Direito Internacional vê-se historicamente definido como sistema normativo aplicado à sociedade internacional. (BRANT, 2019, p. 12). Este modo de delegação de parcela da soberania dos Estados para cooperação demonstra uma sociedade internacional atual fundada na preservação de interesses complexos e coletivos.

Todavia, a interdependência dos Estados também recebe críticas. Robert Keohane e Joseph S. Nye, na obra "Poder e Interdependência" Política mundial em transição, afirmam que o problema da cooperação não seria apenas a manutenção da segurança e a paz internacional, mas a influência dos direitos humanos no contexto da política internacional. Nessa linha de argumentação, a ordem internacional está permeada de questões, tais como o meio ambiente, direitos humanos, refugiados, correntes migratórias, proliferação de epidemias e instabilidades financeiras. Com a globalização, pautada na mitificação das mercadorias, criou-se o caos.

A interdependência complexa deve analisar os benefícios da cooperação, contemplando também os custos que podem ser gerados para um ou mais Estados, ou seja, um Estado pode obter vantagens em detrimento do outro, os custos não seriam necessariamente simétricos nas transações:

192

ser menos dependente pode ser uma fonte de poder. Se duas partes são interdependentes, mais uma é menos dependente que a outra, a parte menos dependente tem uma fonte de poder desde que as duas partes valorizem a relação interdependente. (KEOHANE; NYE JÚNIOR, 2009, p. 256).

A assimetria, conseqüentemente pode ser uma manipulação do poder. O Direito Internacional evolui junto com as necessidades da ordem internacional. Nesse sentido, a cooperação internacional necessária à manutenção da paz e à segurança internacional deve abranger a observância, por exemplo, de direitos humanos ou de direito ambiental. Não obstante, a assimetria econômica entre Estados pode vir mascarada nos artigos dos pactos internacionais:

Como seria o mundo se os pressupostos básicos do realismo fossem invertidos. Esses pressupostos são que os Estados são os únicos protagonistas importantes. A força militar é o

instrumento dominante e a segurança é a meta dominante. Ao contrário, podemos postular uma política mundial muito diferente, 1) Os Estados não são os únicos protagonistas importantes, protagonistas transacionais atuando através das fronteiras dos estados são os maiores agentes, 2) a força não é o único instrumento importante- a manipulação econômica e o uso das instituições internacionais são os instrumentos dominantes e, 3) a segurança não é a meta dominante guerra é a meta dominante. Podemos rotular este mundo antirrealista de interdependência complexa. (KEOHANE; NYE JÚNIOR, 1988, p. 264).

Uma das condições preliminares para que haja cooperação são os interesses compartilhados e o ajuste de políticas para efetivação desses valores, sempre com o consentimento dos Estados envolvidos. Para que sejam efetivados os valores compartilhados, faz-se necessário um ajuste de política por parte dos Estados, pois, sem este, não haverá cooperação e sim discórdia. Essa concepção de interdependência complexa sugere a força do Estado mais poderoso economicamente sobre os demais.

193

A liberdade não significa uma capacidade ilimitada de ação, seu conceito está mais próximo de uma qualidade interior de julgamento ou de decisão segundo o livre arbítrio. Em outras palavras, a liberdade deve ser vista aqui como o poder de determinar a escolha de uma coisa, ou o seu contrário. Ela é a capacidade de agir bem, ou de não agir. Ela está representada no direito de fazer uma coisa ou outra, segundo sua boa vontade. Como sublinha Sartre: "A vontade, com efeito, coloca-se como decisão refletida em relação a certos fins". (BRANT, 2019, p. 89).

Como ponto de partida para um pacto internacional, o consentimento é expressão da vontade dos Estados e representa sua capacidade de agir. Apesar das críticas à interdependência, esta é uma realidade e pode se concluir, portanto, que o Direito Internacional na atualidade

goza de interesses compartilhados pelos Estados soberanos e para atender essa nova ordem são criados organismos internacionais. A concepção do conceito de soberania deve se redimensionada a uma estrutura social internacional bem mais complexa que “implica a tensão entre a interdependência decorrente da convergência de certos interesses comuns e o respeito aos interesses isolados e divergentes” (BRANT, 2019, p. 47).

5 O MULTILATERALISMO

No multilateralismo, os Estados abrem mão dos interesses individuais para o coletivo. Os crescentes problemas que podem afetar um ou mais Estados faz com que criem mecanismos a fim de superá-los e a maneira de atingir metas comuns é através da cooperação. Proporciona-se um espaço aberto para o diálogo e a negociação. A questão reside na visão tradicional de soberania que permeia os Estados, pois estes para agirem multilateralmente, devem abrir mão da parcela da sua soberania para aceitar princípios e regras gerais internacionais, autolimitando o poder supremo.

Grandes potências, tais como Estados Unidos, jamais querem ceder parcela de soberania porque muitas vezes as diferenças nas perspectivas dos ganhos podem ensejar distorções nas cooperações. Fazem parte das atividades multilaterais problemas comuns aos Estados, tais como combate ao terrorismo e à epidemia, abuso de direitos humanos, crimes ambientais, entre outros. Não podem ser monopólio dos Estados os interesses multilaterais. Assim, atualmente também, por exemplo, as ONGs de direitos humanos fazem movimentos de pressão para as negociações internacionais.

É fundamental compreender que os organismos internacionais são criados pelos Estados para atender a demandas que extrapolam as fronteiras territoriais. A ONU, formalmente, deve estimular a construção de uma ordem internacional legítima e estável, pois

consiste em um espaço privilegiado internacional para o diálogo entre Estados, na perspectiva de evitar conflitos, combater conjuntamente epidemias e atenuar desigualdades. Lamentavelmente, os conflitos internacionais refletem a luta pela hegemonia econômica entre grandes potências e se desenrolam em nações periféricas. Estes cinco países, que se digladiam pela hegemonia geopolítica, ainda controlam, com o poder de veto, o Conselho de Segurança, o que impede a eficácia dos processos decisórios desta organização internacional.

A criação da ONU foi realizada pelos Estados aliados que venceram a Segunda Guerra: Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido. Os propósitos da ONU são expressos no artigo 1º da sua Carta, como se segue:

1. Manter a paz e a segurança internacionais, tomando coletivamente, para esse fim, medidas eficazes para prevenir e eliminar as ameaças á paz, e ainda obter, por meios pacíficos e conforme os princípios da justiça e do direito internacional, a solução ou conciliação de controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma ruptura da paz.
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas para fortalecer a paz universal;
3. Alcançar a cooperação internacional para resolver os problemas econômicos, sociais, culturais ou humanitários da comunidade internacional, e para promover e encorajar o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser um centro para harmonizar a atuação das nações para consecução desses objetivos comuns. (Artigo 1º da Carta das Nações Unidas).

A ONU tem uma agenda dinâmica e pode oferecer vários caminhos de cooperação entre os Estados. Deveria ser de fato a expressão da vontade dos Estados, vinculada a interesses maiores de preservação da humanidade. A ONU, controlada pelo Conselho de Segurança, demonstrou-se ineficaz para impedir conflitos regionais, desde seu advento. Há insatisfações ao longo de sua história, por parte dos Estados em desenvolvimento, principalmente em relação à composição dos membros do Conselho de Segurança e a falta de autoridade da Assembleia Geral.

A ONU, entretanto, deve ser reformulada, de forma democrática, para ser a esperança de um mundo de paz, estabilidade e desenvolvimento. E para trilhar esse caminho faz-se necessário o respeito ao direito de autodeterminação de todos os Estados para que haja estabilidade da comunidade internacional e manutenção da paz.

O artigo 2º estabelece ainda diversos princípios de acordo com os quais, tanto a ONU quanto aos Estados-membros devem atuar. Estes incluem a afirmação que a ONU se baseia na igualdade soberana dos Estados, no princípio do cumprimento em boa-fé das obrigações contidas na Carta, na solução pacífica de disputas e na proibição do uso da força. (SHAW, 2010, p. 893).

A guerra, militar ou híbrida, reflete a irracionalidade humana e o diálogo deve ser concretizado na construção deliberada da paz. A tensão entre soberania e multilateralismo é uma falácia estimulada pelas grandes potências, para ocultar interesses econômicos. Como exemplo pode-se citar a atuação arrogante dos Estados Unidos, que resistem em aceitar limites mandatórios para emissão de gases poluentes, como determina o Protocolo de Kyoto, bem como em não

aderir ao Tratado de Roma, pertinente ao Tribunal Penal Internacional. Na Organização Mundial do Comércio (OMC) existe uma maior aceitação por parte dos Estados de comandos multilaterais, por se tratar de órgão internacional que rege o comércio internacional. O Direito Internacional deveria ser verdadeira regra de conduta entre os governos e o melhor exercício da soberania é ajustá-la em face de outras soberanias. (FONSECA JUNIOR, 2008, p. 44-82).

6 CONCLUSÃO

Na dinâmica da evolução do Direito Internacional, da transição do voluntarismo clássico ao multilateralismo, percebe-se a necessidade de cooperação dos Estados para que exista efetivamente uma harmonia dentro da comunidade internacional. A sociedade e a comunidade internacional coexistem, segundo F. Tonnies (2001, p. 52) mas há uma diferença qualitativa entre ambas: "a diferença residiria dos laços estabelecidos entre os componentes do grupo e na intensidade dessas relações".

197

O conceito de sociedade sugere a possibilidade de se reagrupar sem se unir de fato, não existe um sentimento de solidariedade e a busca do bem, funda-se em uma base territorial sem que haja unidade de interesses e coesão social ao passo que a comunidade internacional assinala a existência de uma ordem social internacional organizada, ao contrário da sociedade, descentralizada, com interesses comuns. A comunidade internacional deveria ser mais solidária e esta consequência reflete um momento de transição do Direito Internacional.

O uso da terminologia adequada deve indicar o grau de solidariedade e a cooperação que se pretende exprimir, sendo esta mais abrangente porque transmite a ideia de coesão, e hodiernamente a norma internacional faz referência à comunidade internacional como destinatária final do Direito internacional. A soberania nas relações

entre os Estados significa independência, no sentido de que os Estados tenham este princípio vivo nas suas relações, apesar de na sua essência estar relacionada a sua estrutura de poder, que deve se adaptar constantemente às realidades sociais reclamadas.

A soberania ainda é manipulada ideologicamente quando se afirma de forma absoluta, pois gera desafios para implantação da cooperação internacional, através do multilateralismo. A concepção de soberania compartilhada, ao exigir que a delegação de competências estatais para órgãos internacionais com funções específicas, demonstra-se essencial para a concretização de valores gerais tais com objetivo da manutenção da paz e da segurança internacional.

REFERÊNCIAS

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Teoria Geral do Direito Internacional**: Livro I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2018.

198 BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Teoria Geral do Direito Internacional**: Livro I. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019.

BROENLIE, Ian. **Princípios do Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BUNDE, Mateus. **Vontade de Potência**. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/vontade-de-potencia>. Acesso em: 12 jan. 2020.

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. **Yearbook of the International Law**. 1996. v. 2.

DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **O Interesse e a Regra**: Ensaios Sobre o Multilateralismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

KANT, Immanuel. **A paz perpetua**: Um projeto filosófico. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. (Coleção textos clássicos de Filosofia).

KEOHANE, Robert. **After hegemony cooperation and discord in the word political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KERSHAW, I.; LEWIN, M. **Stalinism and Nazism: Dictatorships in comparison**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KOLB. **Theorie Du droitInternational**. 2. ed. Paris: Bruylant, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta dos Estados Americanos**, Bogotá, 30 de abril de 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/cartaOEARat.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PELLET, A.; DAILLIER, P. **Droit International Public**. 7. ed. Paris: T.G.D.J, 2002.

PELLET, Alain. As Novas Tendências do Direito Internacional. *In*: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (coord.). **O Brasil e os novos desafios do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

199

PERES, Tourinho Daniel. Imperativo Categórico e a Doutrina do Direito. **Cadernos de filosofia Alemã**, v. 4, p. 43-64, 1998.

SHAW, Malcon N. **Direito Internacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOARES, Maria Lúcio Quintão. **Teoria do Estado**. São Paulo: Atlas, 2011.

TONNIES, F. **Community and Civil society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Submetido: Junho de 2020

Publicado: Agosto de 2020